



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

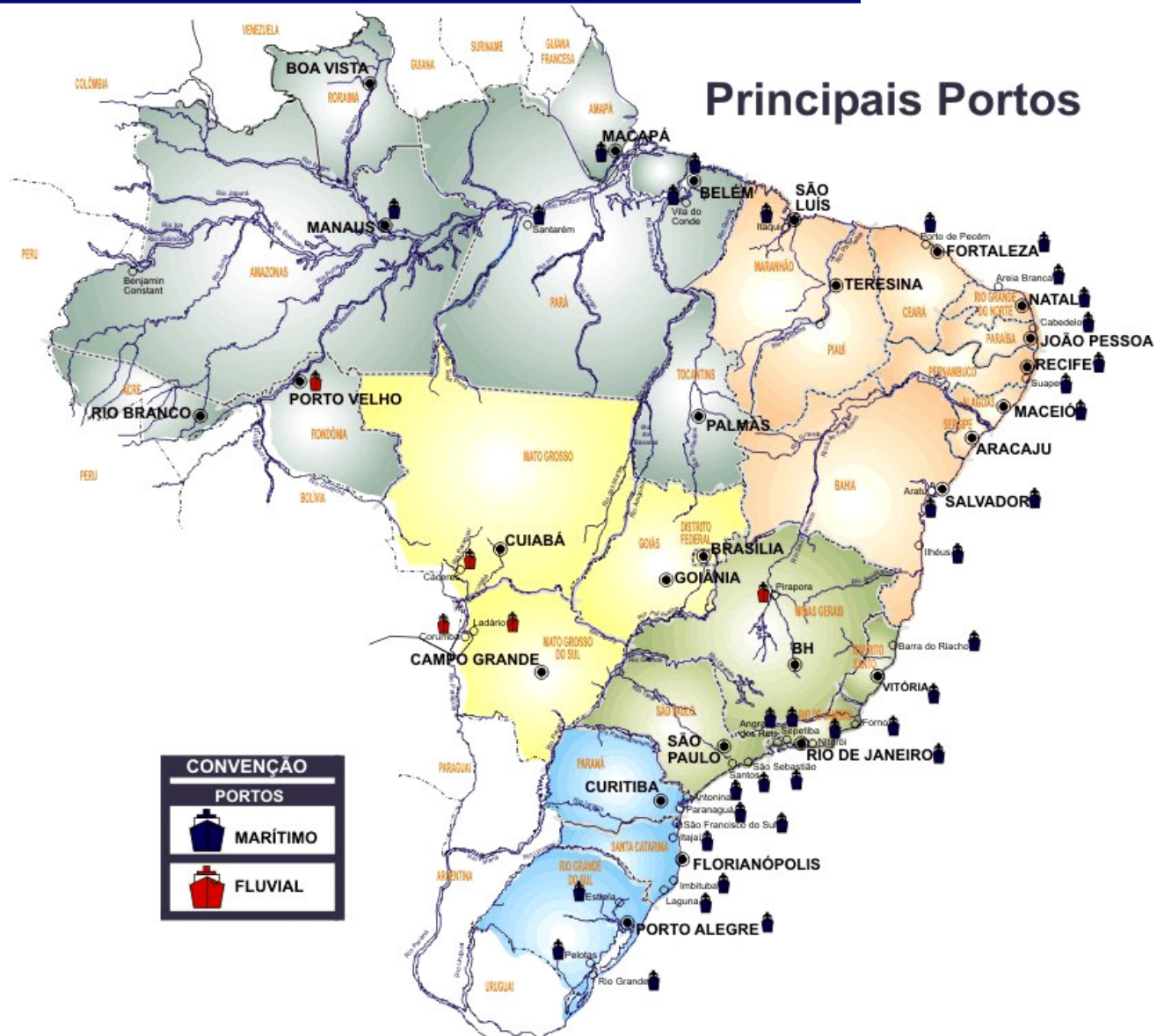
SUPERINTENDÊNCIA DE PORTOS – ANTAQ

COMPETÊNCIAS E AÇÕES

Augusto Galvão Rogério de Souza
Superintendente de Portos

Brasília – DF, 8 de junho de 2005

Principais Portos





SISTEMA PORTUÁRIO

• Extensão da Costa Brasileira	8.511 Km
• Principais Portos	35
• Companhias Docas Federais	07
• Portos Vinculados	17
• Portos Sob regime de Concessão	04
• Portos Delegados	13
• Portos Autorizados	01
• Terminais de Uso Privativo	<u>117</u>
- Termos de Autorização	43
- Contrato de Adesão	74



ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL PORTOS SOB ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

- 1. Companhia Docas do Pará – CDP:** Portos de Belém, Vila do Conde e Santarém;
- 2. Companhia Docas do Ceará – CDC:** Porto de Fortaleza.
- 3. Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN:** Portos de Natal e Maceió (Terminal Salineiro de Areia Branca).
- 4. Companhia Docas do Estado da Bahia – CODEBA:** Portos de Salvador, Aratu e Ilhéus.
- 5. Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA:** Portos de Vitória e Barra do Riacho.
- 6. Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ:** Portos do Rio de Janeiro, Sepetiba, Niterói e Angra dos Reis.
- 7. Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP:** Portos de Santos e Estrela.



ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL PORTOS SOB REGIME DE CONCESSÃO

- 1. Companhia Docas de Imbituba** (S/A particular)
Porto de Imbituba
- 2. Administração do Porto de São Francisco do Sul** (Autarquia Estadual)
Porto de São Francisco do Sul (Concessão estadual até o ano de 2011)
- 3. Administração do Porto de São Sebastião** (DERSA – Empresa)
Porto de São Sebastião (Concessão estadual até o ano de 2007)
- 4. Indústria Naval do Ceará S.A - INACE**
Porto de Luiz Correia (Concessão privada).



ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL PORTOS DELEGADOS

- 1. Superintendência de Portos e Hidrovias do Rio Grande do Sul**
Portos de Porto Alegre e Pelotas
- 2. Superintendência do Porto do Rio Grande**
Porto do Rio Grande
- 3. Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia - SOPH**
Porto de Porto Velho
- 4. Sociedade de Navegação, Portos e Hidrovias do Est. do Amazonas**
Portos de Manaus
- 5. Superintendência do Porto de Itajaí**
Porto de Itajaí
- 6. Companhia Docas da Paraíba**
Porto de Cabedelo



ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL PORTOS DELEGADOS

7. Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina

Portos de Paranaguá e Antonina

8. Companhia Municipal de Administração Portuária – COMAP

Porto de Forno

9. Companhia Docas de Santana – CDSA

Porto de Macapá

10. Porto do Recife S.A.

Porto do Recife

11. Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP

Porto de Itaqui



ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL PORTO AUTORIZADO

- 1. Complexo Industrial Portuário de Suape – Governador Eraldo Gueiros**
Porto de Suape - Estado de Pernambuco – PE



ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL TERMINAIS DE USO PRIVATIVO AUTORIZADOS

ESTADO	QUANT.	REGIÃO	AUTOR.	C/ADESÃO
Amazonas	10	Norte	17	23
Pará	04			
Roraima	03			
Maranhão	01	Nordeste	06	08
Rio Grande do Norte	01			
Sergipe	01			
Bahia	03			
Rio de Janeiro	09	Sudeste	11	19
São Paulo	02			
Mato Grosso	01			
Mato Grosso do Sul	02	Centro-Oeste	03	05
Paraná	01	Sul	06	19
Santa Catarina	04			
Rio Grande do Sul	01			
TOTAL		117	43	74



EVOLUÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NOS PORTOS (t)

CARGAS	1993		2003			2004		
	t	%	t	%	var. %	t	%	var. %
TOTAL GERAL	346.967.267	100,0	570.790.055	100,0	64,5	599.625.924	100,0	5,1
Total Portos Públicos	89.529.146	25,8	204.023.692	35,7	168,0	214.066.154	35,6	4,9
Total Terminais Privativos	257.438.121	42,5	366.766.363	64,3	35,6	385.559.770	64,4	5,2



EVOLUÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NOS PRINCIPAIS PORTOS (t)

ANO	Longo Curso				Cabotagem			
	Porto. Pub.	%	Terminais	%	Porto Pub.	%	Terminais	%
1999	99.516.347	-	197.068.784	-	24.312.241	-	98.153.799	-
2000	116.703.228	17	215.415.423	09	27.566.276	113	107.089.725	09
2001	134.170.849	14	213.358.871	(01)	29.025.361	05	108.242.138	01
2002	136.793.829	02	233.989.109	09	30.997.710	06	106.026.097	(02)
2003	157.729.030	15	249.918.968	08	36.668.139	18	100.193.281	(06)
2004*	165.496.755	04	265.634.284	05	38.376.059	04	105.534.162	05

2004*: Estimativa

Fonte: Anuário Estatístico Portuário/ 2003 – ANTAQ



MOVIMENTO DE CONTÊINERES NOS PRINCIPAIS PORTOS

Período	Quantidade (unidade)	Crescimento %
1999	1.482.839	-
2000	1.647.798	11
2001	1.928.018	17
2002	2.280.009	18
2003	2.692.021	18
2004*	3.069.050	13

2004*: Estimativa

Fonte: Anuário Estatístico Portuário/ 2003 – ANTAQ



Preços Portuários – Contêineres (R\$)

Porto/terminal	2002				2003			
	Tarifas públicas	Privados		Total	Tarifas públicas	Privados		Total
		Manuseio	Entrada e Saída			Manuseio	Entrada e Saída	
Fortaleza	39,91	204,23	88,91	333,05	32,78	147,15	45,21	225,14
Suape	-	225,95	157,24	383,19	-	172,13	142,24	314,37
Salvador	50,23	120,64	79,74	250,61	56,42	73,62	57,23	187,27
RJ – Tecon Libra	36,20	144,14	71,32	251,66	36,01	130,33	102,05	144,77
Santos (S.Brasil)	37,15	299,15	49,63	385,93	36,34	259,83	63,50	359,67
Tecondi	38,55	238,32	77,57	354,44	24,36	197,50	60,15	282,01
Cosipa	109,74	186,69	54,87	351,30	104,50	133,29	45,47	283,26
Margem Direita	76,94	215,54	51,67	344,15	76,31	144,49	45,47	266,27
Paranaguá - TCP	29,96	171,63	99,44	301,03	-	289,42	19,01	308,43
R. Grande - Tecon	14,95	290,21	56,64	361,80	-	277,50	73,02	350,52



Estrutura Organizacional Superintendência de Portos

Superintendência de Portos (SPO)

Gerência-Geral de Fiscalização e Outorgas (GGFO)

Gerência-Geral de Gestão e Desempenho (GGGD)

Gerência-Geral de Desenvolvimento e Regulação (GGDR)

Gerência de Portos Públicos (GPP)

Gerência de Desempenho Operacional (GDO)

Gerência de Regulação (GRE)

Gerência de Terminais de Uso Privativo (GTP)

Gerência de Gestão Portuária (GGP)

Gerência de Desenvolvimento (GDE)



PRINCIPAIS COMPETÊNCIAS

- **propor o plano geral de outorgas;**
- **propor normas e padrões para disciplinar a exploração da infra-estrutura portuária;**
- **celebrar atos de outorga para exploração dos portos;**
- **autorizar terminais portuários privativos;**
- **fiscalizar as administrações portuárias;**
- **atuar na defesa e proteção dos direitos dos usuários;**
- **aprovar revisão e reajuste das tarifas portuárias;**
- **propor a definição da área dos portos;**



NORMAS APROVADAS OU EM ELABORAÇÃO

- **Norma sobre Arrendamento de Áreas e Instalações Portuárias**
- **Instrução Normativa para Desincorporação e Transferência de Bens**

- **Norma de Outorga de Autorização para a Construção, a Exploração e a Ampliação de Terminal de Uso Privativo**

- **Movimentação de Cargas de Terceiros por Operador Portuário**
- **Regulamentação da Cobrança THC (Terminal Handling Charge)**
- **Projeto de Lei para Autorização de Terminais de Passageiros**
- **Autorização para Investimentos no âmbito das Concessões**
- **Norma de Outorga para Portos Rudimentares**



INSTRUÇÕES

- **Roteiro para fiscalização de portos públicos.**
- **Roteiro para fiscalização de Terminais Privativos**
- **Roteiro para análise de proposta de arrendamento**



PRINCIPAIS AÇÕES DA ANTAQ – PORTOS

- **Autorizações para Terminais de Uso Privativo: 43**
- **Habilitação de TUP's ao Tráfego Internacional: 11**
- **Delimitação de Áreas de Portos Organizados: 12**
- **Aprovação de Reajustes e Revisões Tarifárias: 09**
- **Arrendamentos Autorizados: 03**
- **Arrendamentos em Análise: 12**
- **Programas de Arrendamento Aprovados: 06**

- **Ações de Fiscalização:**

Ano	Portos Públicos	TUP's
2003	15	22
2004	13	59
2005	22	80



PORTOS CONCESSIONADOS TOMADAS DE CONTAS

- **Portos de Paranaguá e Antonina – 2001/2003**
- **São Sebastião – 1998/2003**
- **São Francisco do Sul – 1994/2003**
- **Imbituba – 1998/2003**

(Tomadas de contas não aprovadas pelo MT desde 1989)



PROGRAMAS DE ARRENDAMENTO NOS PORTOS

- **Porto do Itaqui (MA)**
- **Porto de Fortaleza (CE)**
- **Porto do Recife**
- **Porto do Rio de Janeiro (RJ)**
- **Porto de São Francisco do Sul (SC)**
- **Porto de Rio Grande (RS)**
- **Porto de Imbituba (SC) (em análise)**
- **Porto Alegre (RS) (em análise)**



PORTOS COM PROCESSO DE LICITAÇÃO DE ÁREAS

- **Porto de Niterói (RJ) – 02**
- **Porto de Recife (PE) – 05**
- **Porto de São Francisco do Sul (SC) – 01**
- **Porto de Porto Alegre (RS) – 01**
- **Porto de Aratu (BA) – 03 - (um autorizado)**
- **Porto de Imbituba (SC) – 04 (1 arrendado)**
- **Porto do Itaqui (MA) – 03 (um autorizado)**
- **Porto de Salvador (BA) – 01**



PRINCIPAIS PROBLEMAS DETECTADOS NA AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

- **Resistência das Administrações Portuárias para Licitar Áreas e Instalações Portuárias;**
- **Regularização de Contratos de Arrendamentos Vencidos;**
- **Não adequação dos Contratos às Normas da ANTAQ;**
- **Adensamento de Áreas;**
- **Termos de Permissão de Uso;**
- **Deficiência ou ausência de inventário de bens patrimoniais, principalmente nos Portos Concessionados e Delegados;**



ESTUDOS PROGRAMADOS – 1

ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES PARA A PROMOÇÃO E DEFESA DA CONCORRÊNCIA (Bco Mundial)

Objetivos: oferecer condições para que a ANTAQ possa:

- 1- Identificar as falhas de mercado e as externalidades que comprometem o funcionamento eficiente da atividade portuária;
- 2- Propor regras de regulação compatíveis com o mercado e com a legislação em vigor;
- 3- Realizar ações na área de promoção e defesa da concorrência, por meio de mecanismos de cooperação estabelecidos com SEAE/MF, SDE/MJ e CADE.



ESTUDOS PROGRAMADOS – 2

AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NOS PORTOS E TERMINAIS NO ATENDIMENTO À DEMANDA DO MERCADO (Orçamento)

Objetivos:

- 1- Determinar a capacidade de movimentação de carga dos portos e terminais brasileiros;
- 2- Avaliar as necessidades de expansão para o atendimento às demandas atuais e futuras;
- 3- Oferecer condições para que a ANTAQ possa formular um Plano Geral de Outorgas e propor ao Ministério dos Transportes, conforme atribuição definida na sua lei de criação.



ESTUDOS PROGRAMADOS – 3

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA GESTÃO PORTUÁRIA (Bco Mundial)

- 1- Avaliação das Estruturas Gerenciais;
- 2- Definição do Modelo de Gestão;
- 3- Diagnóstico da Situação Financeira e Econômica;
- 4- Metodologia para apuração de Reajustes e Revisão de Tarifas.